

3.

Trajetórias de Vida Sem Padrões Rígidos

Os acontecimentos da vida têm suas dimensões definidas dentro de limites sociais e culturais. Da mesma forma, uma biografia é atravessada por produções históricas próprias de um determinado tempo. Isso faz com que estilos de vida, ideologias, sentimentos só possam ser compreendidos no seu contexto (Carreteiro, 2003).

A perspectiva da trajetória de vida se interessa em conhecer a maneira com que o desenrolar da vida é codificado e organizado socialmente e culturalmente. Como paradigma, ela coloca em evidência a interdisciplinaridade inerente ao modo como a vida acontece, pois é resultado: a) de processos desenvolvimentais biológicos e psicológicos; b) de processos de regulação social próprios de cada contexto sócio-cultural; e c) da elaboração individual, um trabalho de reflexividade realizado dentro das limitações postas por a) e b) (Lalive D'Epinay et al, 2005).

As trajetórias de vida, definidas como uma dimensão própria da estrutura social, conforme Lalive D'Epinay et al (2005), são reguladas por modelos socialmente produzidos, os quais delimitam as possibilidades e impossibilidades oferecidas aos indivíduos em um dado contexto. Um modelo de trajetória de vida é regulado materialmente e simbolicamente, ou seja, por referências da vida concreta (por exemplo: o curso escolar, a passagem à aposentadoria, etc.) e por referências que influenciam os pontos de vista dos indivíduos. Já o trajeto percorrido em uma vida é o resultado de uma construção realizada pelo sujeito tendo como base os modelos de trajetória de vida disponíveis em um contexto histórico-social.

Como afirma Goldani (1990), a abordagem da trajetória individual enriquece a compreensão das relações que se estabelecem na família, pois propicia a compreensão das transformações ocorridas dentro dela como parte de um processo mais amplo de mudanças sociais. O reconhecimento da relação de interdependência entre processos individuais e formas de estruturação da vida

social conduz a um entendimento mais completo dos processos familiares, reconhecendo sua inserção em um determinado contexto histórico social.

Dentro desta perspectiva, pode-se questionar, por exemplo: Em que medida, na modernidade e na contemporaneidade, constituir família faz parte do modelo social que regula as trajetórias de vida de um indivíduo? Por que as pessoas optam por se casar e ter filhos ou não? O que estaria por trás da decisão de se divorciar ou não? Mudanças nos papéis sociais atribuídos à mulher e ao homem estariam alterando as relações familiares? Como?

Neste capítulo, discutiremos a influência do individualismo na institucionalização de modelos sociais de trajetórias de vida dos indivíduos, sem perder de vista as implicações disso para as relações familiares. Para tanto, desdobraremos nossa discussão em dois momentos: primeiro, tratando desta problemática conceitualmente; segundo, analisando-a dentro das especificidades no contexto brasileiro a fim de compreender como a individualização das relações repercutiu nos padrões de trajetória de vida aqui instituídos.

3.1.

Desinstitucionalização da identidade e despadronização da trajetória de vida

3.1.1.

“Identidade do eu” e “curso da vida”

Na contemporaneidade, a centralidade do indivíduo na configuração dos valores sociais propicia a emersão de questionamentos a respeito do processo de formação da identidade pessoal. Tais questionamentos se desdobram em outras indagações - sobre o sentido da vida, sobre o curso da vida e sobre os padrões socialmente instituídos de “trajetória de vida”.

Isso, pois, como afirma Bauman (2008), existe uma relação entre individualidade e sociabilidade, que se confirma nos dois sentidos. Tanto é verdade que a individualidade é socialmente produzida como também a sociabilidade, e assim a sociedade compartilhada, depende de como a “individualização” é incorporada na prática das relações sociais. Portanto, as

discussões sobre identidade e curso da vida são necessariamente imbricadas uma à outra.

Ainda que a produção da “identidade do eu” envolva dimensões mais particulares do sujeito, como a sua constituição biológica e psicológica, com seus mecanismos psíquicos complexos, ela não deve ser vista como um produto puramente individual; e nem, tampouco, puramente social. A identidade e a subjetividade de maneira geral são, ao mesmo tempo, uma produção idiossincrática do sujeito – diz respeito à sua história pessoal e familiar, que é distinta da história das outras pessoas - e o resultado de processos que operam na dimensão social - onde encontram-se as particularidades do contexto sócio-cultural local.

Segundo Kaufmann (2004), o indivíduo é um processo dinâmico, aberto, e nele o social e o individual estão intimamente imbricados de uma maneira bastante complexa. Os quadros sociais não lhes são exteriores e, portanto, o indivíduo é ele mesmo matéria social.

O fato de a identidade ter se tornado tema de reflexão é uma consequência de processos intrínsecos à modernidade. Segundo o autor, a escalada das discussões sobre identidades vem justamente da desestruturação das comunidades, provocadas pela individualização da sociedade. Daí o fato de o indivíduo integrado na comunidade tradicional não se colocar problemas identitários tais como se faz nos tempos atuais. Enquanto subordinada à tradição, uma comunidade se auto-regulava e apontava de ante-mão certos parâmetros através dos quais os indivíduos se definiam. Segundo regras sociais coletivas, uma pessoa tinha sua identidade definida por uma posição social, pelo nome e pelo repertório de papéis sociais que lhe eram atribuídos. Então, identidade, autonomia e individualidade não faziam parte do repertório de elementos que compunha o sujeito social e, por isso, não eram objeto de questionamento. Foi somente na 2^a metade do século XX que o tema da “identidade” - a busca da identidade, a crise da identidade, a perda da identidade - passou a existir, como resultado da desagregação de comunidades e da liberação do indivíduo da imposição das tradições, o que resultou no fato de ter que se auto-definir por si mesmo.

De acordo com Kaufmann (2004) e Martucelli & Singly (2009), a modernidade se constituiu em dois momentos. Em um primeiro momento, criou-se uma espécie de modernidade onde não havia ainda identidades modernas com o

sentido de identidades reflexivas. Modernidade, nesse primeiro momento, indicava uma configuração social onde já existia a noção de indivíduo como centro nas referências, mas ele se encontrava de certa maneira englobado por tradições e convenções sociais. As identidades dos indivíduos eram construídas com base em referências advindas das instituições, de modo que o “destino” de cada um seguia um curso previsível. Os indivíduos, nesse contexto, se baseiam nos papéis sociais instituídos para se definirem, papéis estes produzidos e transmitidos subjetivamente pela socialização.

Em um segundo momento da modernidade surge uma concepção de sujeito autônomo, o indivíduo propriamente dito, cuja identidade se define pelo distanciamento dos papéis sociais de tipos institucionalmente rígidos, hierarquicamente controlados. O indivíduo se constrói, se define, se engaja na vida de forma inovadora, em resposta à tendência à desarticulação, flexibilização e multiplicidade dos papéis sociais em relação às instituições.

Assim, diferenciam-se os indivíduos da 1^a e da 2^a modernidade, conforme Kaufmann (2004): o que há de novo na 2^a modernidade é, não a emergência de uma representação de si, mas o lugar que esta representação ocupa no processo de construção da realidade. Mesmo subordinado aos padrões socialmente definidos, o indivíduo da 1^a modernidade desenvolvia uma representação de si e refletia sobre o sentido da vida. Mas, devido à sua submissão “completa” ao que era instituído pelos códigos sociais, sua personalidade e suas idéias eram como um reflexo da sociedade, uma expressão direta das instituições daquele mundo ao qual ele pertencia.

Na 2^a modernidade opera, segundo Kaufmann (2004), uma revolução identitária. Nela o reflexo que a sociedade projeta na subjetividade do indivíduo é a reflexão, uma reflexão sobre si, profundamente pessoal. Aqui, a identidade resulta dessa reflexão, tomando os papéis sociais, que, nesse contexto, são múltiplos, apenas como um anteprojeto. Então, o que caracteriza o indivíduo da 2^a modernidade é o fato de ele não ser mais completamente subordinado aos papéis sociais rigidamente instituídos. A pluralidade de referências culturais permite que o indivíduo mergulhe em uma busca identitária, em um espaço de experimentação.

Isso nos permite falar de duas modalidades de identidade produzidas: uma identidade que se define por estatutos sociais e outra pelo reconhecimento pessoal

(Singly, 2005; Martucelli & Singly, 2009). Em uma, há o “eu estatutário”, que corresponde à identidade formada pela identificação com papéis socialmente instituídos; na outra, há o “eu pessoal”, correspondente a uma representação de si formada a partir do reconhecimento produzido em relações com outros significativos, pessoas do convívio pessoal, com quem se estabelece relação de intimidade, dentro das quais se é reconhecido como alguém singular e original.

Na 2^a modernidade há a conjugação dessas duas formas de processamento identitário, mas a ênfase é dada ao segundo tipo. Assim, de acordo com Martucelli & Singly (2009) e Singly (2005), mesmo que o indivíduo se defina através de uma dupla dimensão, que inclui a dimensão do eu estatutário e a dimensão do eu pessoal, na 2^a modernidade o processo de individualização depende da capacidade do sujeito de se distanciar de seus pertencimentos e de referências para que possa explorar novas dimensões de si e estabelecer novos vínculos. Portanto, ainda que não se elimine a existência da identidade estatutária, ela é uma referência apenas parcial para aquilo que define alguém.

Retomando, então, Kaufmann (2004), a individualização da sociedade é um longo processo, com raízes distantes no tempo. A modernidade durante muito tempo se instituiu partindo do “alto” da sociedade, vindo de cima, de programas institucionais, de formas antigas de socialização disciplinar. A primeira metade do século XX era ainda dominada por esse modo de produção de indivíduos. Mas, dezenas de anos depois, ocorreu uma inversão nesse processo, fazendo com que os sentidos do “eu” não viessem mais do alto, dos deuses, da hierarquia, mas de si mesmo, provocando a ascensão do sujeito ao centro da cena da sua própria vida. Então, fala-se de uma identidade que não se constitui como algo “vindo de fora”, em correspondência direta às instituições sociais, mas que se constitui através de um diálogo estabelecido consigo e com os outros.

Afirma-se, assim, que a identidade do eu se estrutura através de *self-schemas*, resultantes da sua história pessoal, constituído por meio de um diálogo interior no seio do qual está uma reflexão sobre o sentido da vida. Está aí a tese principal de Kaufmann (2004): “*l'identité est un processus, historiquement nouveau, lié à l'émergence du sujet, et dont l'essentiel tourne autour de la fabrication du sens*”(p.82).

Fabricação dos sentidos não é algo simples de se realizar. A imagem de um ego cansado ilustra as dificuldades envolvidas em tal tarefa. Entre

reflexividade e chegar a ser um “eu mesmo” há contradição, pois a referência desta revolução operada pelo sujeito é um modelo de totalidade. Então, a identidade pode aparecer, não como algo a ser construído, mas a ser encontrado. Como consequência, ocorre o esgotamento de si, decorrente da busca incessante de objetos que não têm verdade em si (Kaufmann, 2004).

Para Bauman (2008), individualização significa emancipação do indivíduo da determinação atribuída, herdada e inata do caráter social dele ou dela. Consiste em transformar a identidade de uma coisa “dada” em uma “tarefa”, ficando a cargo de cada um se transformar em quem ele é. A identidade deixa de ser determinada pela posição social ocupada pelo indivíduo e passa a ser autodeterminada, ficando a cargo de cada um se transformar em quem ele é.

O autor ressalta que, em um contexto de “modernidade líquida”, o ajustamento sociabilidade-individualidade se caracteriza pelo fato de as referências, colocações e lugares sociais, nos quais os indivíduos se apóiam para sua auto-produção, estarem se derretendo rapidamente. Por isso, o “problema da identidade” ganhou nova forma atualmente. Então, nas palavras do autor:

(...) a incerteza que atormenta os homens e as mulheres na passagem do século XX não é tanto como obter as identidades de sua escolha e tê-las reconhecidas pelas pessoas à sua volta - mas *que* identidade escolher e como ficar alerta para que outra escolha possa ser feita em caso de a identidade antes escolhida ser retirada do mercado ou despida de seu poder de sedução (Bauman, 2008, p.187).

Por isso, segundo Bauman (2008), seria mais apropriado para a realidade do mundo globalizado falar, não de identidade, mas de identificação, ressaltando assim o caráter interminável desta atividade de construção de si mesmo.

Também para Giddens (2002) justamente a busca por uma identidade é um problema moderno que nos remete ao problema do enfraquecimento das instituições. Havendo referências relativamente fixas para a identidade, tais como a linhagem, o gênero, o status social e outros, em contextos tradicionais, a vida se processava por meio de uma sucessão de estágios da vida, de modo que o indivíduo tinha aí um papel relativamente passivo. Mas, destituídas dessas referências, a busca por si mesmo torna-se um processo reflexivo e o curso da vida é concebido como uma série de passagens não institucionalizadas, não formalizadas por rituais, e sim vividas como transições inseridas no curso da vida

do indivíduo reflexivamente. Os pontos de referências que sustentam o indivíduo na construção de sua história de vida partem de dentro do sujeito. Por isso, cada fase de transição torna-se uma crise de identidade.

Pode parecer, erroneamente, que, em contexto de individualismo, a identidade se constitui sem referências sociais. No entanto, o mais correto é atentar para o fato de que existem referências sociais, mas estas não são impostas socialmente. São introduzidas nas histórias dos indivíduos por meio da reflexão individual. Daí o motivo de as mudanças nas etapas da vida serem experienciadas como uma crise pessoal.

Questionamentos sobre identidades individuais estão, então, relacionadas a questionamentos sobre o sentido da vida e, acrescenta-se, a questionamentos sobre o curso da vida. O curso da vida hoje estrutura-se em grande medida pelas reflexões que cada indivíduo faz sobre si mesmo e sobre o sentido da vida, que vêm a definir o estilo de vida escolhido por cada um.

Estilo de vida é definido por Giddens (2002) como “um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (p.79). Diz respeito a escolhas feitas pelo indivíduo, dentre uma pluralidade de outras opções possíveis; portanto, diz respeito à vida em contexto moderno.

A escolha de um estilo de vida estabelece práticas rotinizadas - hábitos de vestir, comer, atitudes, lugares a freqüentar – que, ao serem incorporadas pelos sujeitos, compõem uma definição de si. Falar em multiplicidade de escolhas não significa que todas as possibilidades sejam abertas para todos, mas, sim, que existe uma pluralidade de referências ao invés de apenas uma ordem tradicional instituída. Da mesma forma que se escolhe um estilo de vida, se faz planos para a vida, não com o sentido de definir a vida toda, mas de preparar um curso de ações futuras em função da biografia do eu. Isso faz da trajetória do eu algo reflexivamente organizada (Giddens, 2002).

A idéia de uma trajetória reflexiva do eu impõe a revisão da idéia de ciclo de vida. Carter & McGoldrick (1995) concebem a existência de um movimento do sistema geracional através do tempo baseado na perspectiva de ciclo de vida do indivíduo. Segundo elas, alguns marcadores indicam transições pelas quais se passa durante o curso de uma vida adulta, relacionadas à progressão linear do

tempo, de modo que é possível estabelecer um padrão de ciclo de vida familiar. São, esses marcadores: 1) a saída dos filhos, jovens solteiros, da casa dos seus pais; 2) o casamento dos filhos; 3) o nascimento dos netos; 4) a entrada dos netos na adolescência; 5) a saída dos netos da casa seus pais; 6) a entrada na velhice. Passar por cada uma dessas etapas constitui, segundo as autoras, o movimento natural da vida, ainda que possa haver variações decorrentes de imprevistos, como doenças, mortes “pré-maturas” ou mesmo divórcio.

Cerveny & Berthoud (1997) propõem um modelo diferente de estruturação do ciclo de vida familiar, baseado no contexto social paulista, composto por quatro fases. A primeira fase é a “fase de aquisição”, a primeira etapa do ciclo do jovem casal que se forma, onde a preocupação principal gira em torno de aquisições de um modo geral. Aquisição de lugar pra morar, de carro, acessórios. A chegada dos filhos também faz parte desta fase. A segunda fase é a “fase adolescente”, definida pela entrada dos filhos na adolescência, estando os pais com idades em torno de 40 anos. É uma época de muitas mudanças. Em seguida, vem a “fase madura”, quando há na família pessoas de diferentes gerações. E, por fim, a “fase última” é aquela em que se vive a aposentadoria e o envelhecimento.

O que se observa em descrições de curso da vida individual e familiar como um ciclo, tais como as apresentadas por Carter & McGoldrick (1995) e Cerveny & Berthoud (1997), é a instituição de um padrão social de trajetória de vida para os indivíduos. Afinal, existe um momento certo para se sair da casa dos pais? Os casamentos acontecem sempre durante a juventude? O nascimento dos netos acontece depois do casamento dos filhos? E a morte só vem mesmo na velhice?

Conforme Borges & Magalhães (2009), é necessário um olhar crítico sobre o ciclo de vida, especialmente sobre o ciclo de vida da família e a passagem para a vida adulta, pois os critérios de entrada no mundo adulto envolvem articulações complexas entre individualismo e laço social que a própria noção de ciclo de vida familiar muitas vezes não contempla.

Assim, acredita-se que os referidos marcadores das transições da vida, ainda que possam ser aplicados à realidade de uma 1^a modernidade, de acordo com a classificação feita por Kaufmann (2004), onde os papéis sociais instituídos exerciam influências mais fortes na forma como as identidades se constituíam, não se aplicam rigidamente ao contexto da contemporaneidade, quando

justamente está em jogo o enfraquecimento das instituições – inclusive as instituições referentes às fases da vida.

Conforme Giddens (2002), a vida instituída como uma sucessão de fases pré-determinadas não corresponde mais à realidade, pois não há necessariamente uma correspondência direta entre a vida individual e o intercâmbio das gerações. Segundo ele, hoje, a vida é concebida como sendo livre de externalidades associadas a laços pré-estabelecidos com outros indivíduos, não sendo mais estruturada em torno de passagens ritualizadas, e sim de “limiares abertos de experiência”.

Todas essas considerações sobre o imbricamento de processos de constituição da identidade pessoal e de estruturação do curso de vida nos permite afirmar que, hoje, como consequência da centralidade do indivíduo na configuração de valores sociais, os indivíduos ocupam o centro nos processos de construção de si mesmos e de suas vidas. A ascensão do indivíduo no contexto social implica em sua menor subordinação às instituições. Isso significa que os papéis sociais e os marcadores das fases da vida, socialmente instituídos, não têm mais o mesmo poder que tinham há décadas atrás para determinar a vida e a identidade das pessoas. Podem, sim, influenciar, mas não determinar.

Atribuir maior poder de decisão sobre si mesmo e suas vidas acaba por modificar o sentido das experiências que se tem na vida, inclusive aquela de ter uma família. Assim, o individualismo repercute na maneira como as pessoas se engajam no projeto de constituir uma família e também na forma como concebem a família. Em contexto de reflexividade do eu, a idéia de constituir uma família é fundamentalmente o resultado de escolhas pessoais. Isso não quer dizer que nesse processo não estejam presentes influências sociais, mas é por meio de novos parâmetros que essas influências chegam a atingir a vida das pessoas.

3.1.2.

Um modelo de trajetória de vida individualizada

Como se articulam a idéia de institucionalização de um modelo social de trajetória de vida e a concepção de sujeito ativo no processo de produção de si mesmo e nas escolhas que definem sua trajetória?

Uma trajetória de vida pode ser definida como um conjunto de eventos que compõe a vida de uma pessoa. É um fato social. Isso significa que ela é estruturada por meio de padrões socialmente institucionalizados e normatizados, os quais determinam, por exemplo, que uma determinada idade seja considerada apropriada para se casar, para ter filhos, ou até para morrer (Born, 2001).

Segundo Cavalli (2003), enquanto instituição social, trajetória de vida é um fenômeno histórico relativamente recente. De forma muito resumida, tem-se que nas sociedades pré-industriais a vida era pouco subdividida em etapas, sendo o cotidiano de homens, mulheres e crianças dado pelas necessidades. Trabalho e lazer dividiam o mesmo espaço e tanto homens como mulheres tinham funções na vida produtiva. No século XIX, diferentes acontecimentos e transições não seguiam uma sequência ordenada; não havia idades ou fases da vida precisamente delimitadas. O que se entende hoje como “a passagem em direção à vida adulta” era pouco estruturada e dependia mais de necessidades familiares do que de normas de idade socialmente compartilhadas.

O processo de industrialização provocou, de acordo com o mesmo autor, a diferenciação dos espaços de produção e da casa e promoveu a distinção entre idades propícias ao trabalho ou não, gênero propício a atividades da casa ou ao trabalho nas fábricas. Então, os homens trabalham fora de casa, mulheres trabalham em casa e as crianças brincam ou se preparam para aprender um ofício. Desde então, até início do século XX, assistiu-se à progressiva segmentação do percurso da vida e à manifestação de transições mais e mais uniformes entre as diferentes etapas, favorecendo que ocorresse a divisão da vida em várias etapas (infância, adolescência, juventude, velhice) (Cavalli, 2003).

Contudo, considerando o contexto social europeu, sob a influência de um individualismo exacerbado na sociedade, Cavalli (2003) afirma que, desde os anos 1960-1970, a tendência a uma marcada padronização social da trajetória de vida vem dando lugar à desregulação do modelo, diante da queda do poder das instituições na sua estruturação. Verifica-se que as trajetórias individuais, familiares e profissionais são, hoje, marcadas por descontinuidades: descontinuidades na cronologia dos papéis e obrigações familiares tradicionais, aumento da ocorrência de divórcio, aumento do número de família monoparental e recomposta; descontinuidade no que diz respeito às carreiras profissionais, na idéia de emprego, desenvolvimento de ocupações em tempo parcial,

reestruturação e precarização do trabalho. Assim, a vida hoje é menos previsível. Este passa a ser o novo parâmetro para o curso da vida de uma grande parte da população.

O autor remarca que, considerando o nível micro – percurso de vida seguido pelos indivíduos – e o nível macro – a maneira como a sociedade organiza o desenrolar da vida -, está havendo, por um lado, a despadronização da trajetória de vida e, por outro, a desinstitucionalização do modelo de trajetória de vida.

Despadronização das trajetórias de vida refere-se à transformação dos padrões que estruturavam as trajetórias de vida seguidas pelos indivíduos. A partir da segunda metade do século XX, o modelo social de trajetória de vida vigente tornou-se não realista ou não desejável para muitas pessoas, diante das novas demandas da vida. Ocorreu, desta forma uma descronologização e despadronização da vida, permitindo maiores variações entre os percursos da vida dos indivíduos.

Desinstitucionalização da trajetória de vida diz respeito a mudanças operadas no enquadramento normativo das vidas individuais. Parece não haver mais um modelo típico de trajetória de vida que possa ser apontado como “normativo”, no sentido estatístico ou cultural. Isso ocorreu, segundo o autor, após a transformação do quadro econômico-social que se tinha nos anos 1960-1970. A trajetória de vida rigidamente padronizada nesse primeiro momento condizia com as condições de uma época marcada pelo forte crescimento econômico, pela quase ausência do desemprego e pelo desenvolvimento do Estado Social. Mas, alguns anos depois, mudanças nos vários índices sociais e econômicos apontaram para a falência do modelo institucionalizado.

Cavalli (2003) sustenta estar ocorrendo hoje a institucionalização de um modelo de trajetória de vida individualizada. Segundo ele, não ocorre hoje a desinstitucionalização da trajetória de vida, mas de um modelo de trajetória de vida rigidamente padronizado. A individualização, enquanto processo histórico, gera a institucionalização da flexibilidade, da trajetória de vida despadronizada e descronologizada.

A institucionalização da flexibilidade revela consequências ambivalentes para os indivíduos, pois ao mesmo tempo em que desfrutam de possibilidades mais amplas na busca de seus objetivos individuais e de uma maior extensão do

controle de sua vida, eles podem ser confrontados com um sentimento de insegurança. Uma maior previsibilidade dos percursos favorece a planificação biográfica e dá aos indivíduos uma certa serenidade quanto ao futuro.

Não é porque as coisas parecem mais pessoais hoje que elas sejam menos sociais ou institucionalizadas. Ao contrário. Homens e mulheres têm o direito de escolher suas vidas, mas o fato de construir seu próprio percurso biográfico tornou-se uma imposição. A individualização não é um destino individual, mas um destino coletivo. Torna-se obrigatório a realização de si.

Born (2001) afirma, baseando-se em Levi (1977), que, considerando os padrões de uma vida “normal”, aquela que resulta de normas e estruturas modeladas culturalmente, há pelo menos dois tipos de trajetórias de vida instituídas num mesmo país: uma para mulheres e outra para homens. Widmer et al. (2006) também fazem referência à existência de trajetórias de vida diferentes para homens e mulheres. Segundo eles, existe uma marcada tipificação sexual das trajetórias de vida. As trajetórias masculinas permanecem bastante constantes na travessia das etapas da vida familiar, enquanto que as trajetórias das mulheres mostram-se mais inconstantes, sendo fortemente influenciadas pelas exigências de cada nova fase. Assim, as distinções entre as trajetórias femininas e masculinas parecem ser uma resposta às lógicas de participação social diferentes de mulheres e homens, o que faz com que se produza, na sociedade, não uma trajetória de vida modelo, mas duas, uma para cada sexo.

Assim, retomando a discussão de Cavalli (2003) sobre despadronização e institucionalização da trajetória de vida individualizada, pode-se afirmar que a distinção de modelos de trajetórias de vida para homens e mulheres decorre da institucionalização de papéis sociais distintos para homens e mulheres e, portanto, faz correspondência a um padrão social que determinava que a cada gênero fossem atribuídas características e funções diferentes. Então, de acordo com critérios sociais, é esperado que homens e mulheres passem por coisas diferentes na vida devido ao fato de terem identidades sociais distintas.

Hoje, em razão da participação das mulheres no mercado de trabalho, elas investem em estudos tanto quanto os homens e comumente desejam permanecer “ativas” depois da maternidade, isto é, trabalhando e se realizando profissionalmente. Com isso, de acordo com o autor, as trajetórias masculinas e

femininas tendem a se aproximar, a se tornar mais parecidas. Esta é uma especificidade do contexto contemporâneo.

Mas deve-se atentar para o fato, apontado por Widmer et al (2006), de que a participação ativa das mulheres no mercado de trabalho, que gera uma aproximação dos universos ditos femininos e masculinos, hoje não faz com que, de fato, desapareçam as diferenças entre as formas de inserção social de mulheres e homens. A trajetória profissional da mulher é marcada pelos antigos padrões sociais historicamente arraigados, que, em muitos casos, fazem com que a maior parte das mulheres sejam empregadas em tempo parcial, ocupando trabalhos pouco atrativos financeiramente, e tenham uma função complementar à do marido no orçamento familiar; e, ainda, que ela, e não ele, interrompa mais frequentemente suas atividades profissionais na ocasião do nascimento de um filho. Assim, os autores ponderam em que medida o padrão de trajetória de vida de homens e mulheres realmente mudou nas últimas décadas.

Mas, fato é que a individualização da sociedade e a despadronização das trajetórias de vida atingem tanto homens quanto mulheres. O menor constrangimento do indivíduo às instituições sociais o torna mais “livre” para fazer escolhas dentre as diversas referências sociais que se apresentam. Portanto, quanto ao questionamento sobre como, em um contexto individualista, os modelos de trajetórias de vida vêm se transformando, podemos concluir, em primeiro lugar, que nesse contexto, as trajetórias de vida dos indivíduos sofrem a influência do afrouxamento das instituições sociais, o que legitima o surgimento de variados tipos de percursos para a vida. E, em segundo lugar, a individualização da sociedade gera uma transformação daquilo que se apresentava como específico de mulheres e homens, provocando novos ajustes nos padrões institucionalizados, o que pode tornar mais semelhantes as trajetórias femininas e masculinas.

3.2.

Padrões de trajetória de vida no contexto brasileiro

Os padrões de trajetória de vida produzidos no contexto brasileiro foram influenciados pelo individualismo, mas de forma bastante peculiar, obedecendo a especificidades do processo de formação social do Brasil. Isso será analisado a partir deste momento. As datas de referência para esta análise foram estabelecidas

com base nos períodos vividos pelas pessoas que foram entrevistadas nesta pesquisa. As pessoas da geração mais velha tinham idades entre 60 e 70 anos no ano de 2009, quando foram realizadas as entrevistas, o que indica que elas nasceram entre 1939 e 1949 e tinham 25 anos entre 1964 e 1974. As pessoas da geração mais jovem tinham entre 25 e 35 anos em 2009 e, portanto, nasceram entre 1974 e 1984.

A padronização de modelos de trajetória de vida instituída em meados do século XX e a forma como ela foi se transformando até chegar à configuração atual corresponde ao modo como se processou a modernização do Brasil, desde o final do século XIX. Portanto, sua compreensão impõe que se faça um breve retrocesso histórico, tomando como ponto de partida o final do século XIX e início do século XX.

Segundo Sevcenko (2008), a referência brasileira de configuração “moderna” vem justamente desse período, da virada do século XIX para o século XX, e reflete o movimento de modernização nos países da Europa. A Revolução Industrial vivida na Inglaterra em fins do século XVIII se baseou no surgimento de unidades produtivas, as fábricas, decorrentes do desenvolvimento do ferro, do carvão e das máquinas a vapor. Quase um século depois ocorreu a chamada Segunda Revolução Industrial, também chamada Revolução Científico-Tecnológica. Ela corresponde a um “segundo momento da industrialização”, com desdobramentos complexos para a transformação da sociedade. O que aconteceu foi que, da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, novos potenciais energéticos foram desenvolvidos e, assim, de fato foi possível experimentar invenções, tais como: veículos automotores, aviões, telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, eletrodomésticos, a fotografia, a anestesia, a penicilina, o processo de pasteurização e esterilização, fogão à gás, refrigerantes gasosos, etc. Tudo isso trouxe grandes transformações para o mundo, num ritmo tão ou mais intenso do que as que se vive atualmente, na chamada contemporaneidade. Segundo o autor, vêm daí as nossas referências de modernidade.

Uma consequência do crescimento da produção nos complexos industriais europeus foi a necessidade de se ampliar a escala das demandas e das exportações, o que levou potências industriais a disputarem entre si áreas ainda não colonizadas no planeta ou ao menos estabelecer vínculos com áreas de passado colonial. Por

isso, nesse período houve uma expansão européia em direção a sociedades tradicionais, de economia agrícola, como era o caso do Brasil.

Mas, para tornar essas sociedades um negócio interessante, não bastava às potências industriais simplesmente se tornarem possuidoras de territórios. Era necessário também transformar o modo de vida das pessoas que viviam nessas sociedades tradicionais conforme o padrão científico-tecnológico. É aí, então, no momento em que a Revolução Científico-Tecnológica se cristaliza, difundindo as novas condições da economia globalizada, que o Brasil entra nessa história. As novas idéias decorrentes desta segunda revolução iriam influenciar as novas elites brasileiras e propiciar a inserção do país nesse contexto modernizador. Formadas dentro de modelos de pensamento científico cosmopolita, elas atuariam como mediadores na integração do país à nova ordem internacional do capitalismo num clima de “euforia do progresso” (Sevcenko, 2008).

A partir de então, todos os esforços eram feitos com o sentido de “acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global” (Sevcenko, 2008, p.27), ou “tirar a luz da fumaça” (Saliba, 2008, p.293). Em nome do progresso e da modernidade, impunha-se, aqui, a todo custo, uma nova ordem, o que, segundo o autor, não aconteceu sem resistência da população, a ver os exemplos da Guerra de Canudos e da Revolta da Vacina.

De fato, as práticas da colonização e os efeitos da escravidão deixaram marcas profundas na estruturação da sociedade brasileira, de modo que os padrões modernos europeus não poderiam ser reproduzidos fidedignamente aqui, apesar de todos os esforços despendidos. Mesmo sob o comando de uma elite vinda dos quadros da monarquia, com raízes no Velho Mundo, “regenerar” o Brasil e promover sua modernização era uma tarefa muito complexa: seria preciso, de acordo com Sevcenko (2008), transformar “corações e mentes” incompatíveis com o espírito da civilização moderna, modelar os comportamentos e as práticas. A forma como os brasileiros originalmente viviam e compreendiam o mundo foram desconsiderados nesse processo.

As novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos (...) prevaleceu o sentimento de vergonha, desprezo, ojeriza em relação ao passado, aos grupos sociais e rituais da cultura que evocassem hábitos de um

tempo que se julgava para sempre e felizmente superado (Sevcenko, 2008, p.27).

Foi desta forma que a República no Brasil criou, segundo Sevcenko (2008) e Saliba (2008), um tipo de cidadania precária. Em meio à ânsia por cosmopolitismo, modernização e europeização, a representação da vida privada brasileira produzida pelos atores sociais revelava uma certa ausência de sentido. Constatava-se, no Rio de Janeiro, capital cultural do Brasil neste período, o “desejo de ser estrangeiro”, um reflexo dos modos de sociabilidade que se constituíam tendo como espelho, desde o período imperial, modelos europeus. Assim, na República, acentuou-se na imaginação brasileira uma atitude de desprezo ao nosso passado, um sentimento de não sermos uma nação e um desejo de superar os problemas sociais e culturais que distanciavam o Brasil da Europa.

No entanto, o sonho de uma nação moderna, como já foi dito, dependia da adequação ou da alteração dos códigos privados que regiam o Brasil. Diante disso, forjavam-se formas de tornar a realidade brasileira permeável ao distante individualismo dos ideais modernizadores.

Uma dessas formas se deu aliando ações do governo à atuação da medicina higiênica. Os argumentos médicos a favor da higienização da cidade propiciaram uma transformação profunda nos hábitos e condutas que afirmavam a tradição familiar e o poder patriarcal e, justamente, dificultavam a penetração de novos valores e a submissão de todos ao Estado Moderno. O discurso médico higienista recaiu, assim, sobre as elites agrárias, promovendo a inserção de novos códigos na condução das regras sociais, compatíveis com a nova ordem urbana (Costa, 1989).

Tudo isso demonstra a especificidade do processo de modernização do Brasil: instituir uma ordem moderna, igualitária, liberal, em um contexto marcado por uma cultura colonial, patriarcal e latifundiária. Para os fins deste estudo é relevante analisar as implicações disso para as relações no âmbito privado, destacando os modos de padronização de identidades sociais fixados para mulheres e homens.

Foi sob a forte influência de ideais individualistas europeus, mas também dos ideais familialísticos tradicionais brasileiros que aqui prevaleciam que se instituíram papéis sociais distintos para cada gênero, o que repercutiu nos padrões de trajetória de vida fixados até hoje. Isso indica que a diferenciação de papéis

sociais desempenhados por homens e mulheres vem de longos séculos e remete-nos à demarcação dos espaços público e privado. Ser mulher ou ser homem remete a categorias socialmente construídas, resultantes de um conjunto de significações sociais atribuídas historicamente.

Conforme Rocha-Coutinho (1994) e Costa (1989), a demarcação dos espaços público e privado, fundamental para a compreensão da sua articulação com os sexos masculino ou feminino, se deu como consequência de transformações político-econômicas da sociedade, que geraram a separação das funções domésticas e sociais. Anteriormente ao surgimento da sociedade industrializada moderna, conviviam marido, mulher, filhos junto a serviços, parentes e agregados, como uma família extensa, independente de haver entre eles laços consangüíneos. A organização familiar latifundiária fazia desse espaço uma unidade de produção e de concentração de poder. Nele eram desempenhadas funções domésticas – de cuidado e socialização às crianças – e funções sociais – aquelas que incluíam o aprendizado de técnicas e habilidades para a produção familiar. Família e trabalho não existiam separadamente, da mesma maneira que não se distinguiam espaços de relações públicas e privadas.

No entanto, transformações político-econômicas da sociedade, bem como o surgimento das cidades, provocaram mudanças nesta forma de organização das relações familiares, tais como o enfraquecimento dessa estrutura ampla de parentesco e a distinção entre as esferas sociais pública e privada.

Com a urbanização, operou a separação dos espaços próprios para as relações de trabalho e daqueles próprios para as relações de intimidade. O âmbito público foi associado ao mundo do trabalho considerado produtivo e ao poder, e nele predominava racionalidade, inteligência, impessoalidade – era o lugar do homem. Já o âmbito privado foi associado ao mundo doméstico, à intimidade, aos sentimentos, à reprodução; nele predominava a lógica afetiva - era o lugar da mulher.

A vinculação da mulher à esfera doméstica e do homem à pública se sustentava por meio de um discurso naturalista, que atribuía à “natureza feminina” características propícias ao mundo doméstico e à “natureza masculina” aquelas necessárias para atuar no mundo público. Elas seriam, então, naturalmente fracas, sensíveis e inadequadas para o trabalho pesado e, portanto, naturalmente voltadas

para a maternidade. E eles seriam naturalmente racionais e fortes, portanto em perfeita adequação para o mundo público.

No entanto, segundo Rocha-Coutinho (1994), atribuir papéis à mulher – e, consequentemente, ao homem - em razão de concepções “naturalistas” e “essencialistas” de sua condição de gênero camufla o caráter social que está por trás disso. O discurso da “natureza feminina” acabou, assim, por confinar a mulher ao lar, um espaço de pouco prestígio social, e, assim, subordiná-la ao homem, reservado ao espaço público. O jargão do movimento feminista “não se nasce mulher, torna-se mulher”, problematiza justamente a “naturalização” de características ditas femininas e de funções que lhes seriam naturalmente dadas – dedicação, abnegação, docilidade – e que levavam à identificação da mulher como alguém propício à maternidade e aos cuidados das crianças.

Na realidade, começa na socialização das crianças, nos códigos culturais que lhes são transmitidos desde pequenas, o trabalho de diferenciação dos universos de homens e mulheres. As representações construídas sobre os gêneros e os papéis atribuídos a homens e mulheres se reproduzem na sociedade por meio de estereótipos criados para mulheres e homens que têm origem nos conteúdos transmitidos de uma geração a outra ao longo da história.

Por isso, para se compreender o que as pessoas de uma geração experienciam é preciso saber um pouco do que se passava com as gerações anteriores a elas e entender o modo como foram socializadas.

No início do século XX, o processo de modernização que se estabelecia no Brasil gerou grandes mudanças para as mulheres. Maluf & Mott (2008) afirmam que em cidades como o Rio de Janeiro, onde o processo de modernização promovia a troca de sua aparência paroquial por uma atmosfera cosmopolita e metropolitana, ocorriam as mudanças mais visíveis. Povoadas por uma população nova e heterogênea, composta por imigrantes, representantes das elites e egressos da escravidão, nessas cidades formava-se um ambiente propício à quebra de costumes, a inovações nas rotinas das mulheres e, claro, às modificações nas relações entre homens e mulheres.

Inclusive, para tanto, o discurso higienista atuou condenando de diversas formas o estilo de vida colonial, criticando desde a arquitetura das casas e a divisão dos espaços dentro dela, as condições de higiene lá existentes, incluindo a higiene mental das pessoas que lá viviam. Neste sentido, a condição da mulher

colonial, confinada aos espaços da casa colonial passou a ser não aconselhada. E a circulação pelos espaços sociais diversos, recomendada pelos médicos (Costa, 2004).

Tudo isso favorecia a que a posição da mulher na sociedade se modificasse. Mas a especificidade do contexto brasileiro é que essas mudanças foram incorporadas à sociedade de modo a não ameaçar completamente a ordem familiar. De acordo com Maluf & Mott (2008), no início do século XX, diante dos avanços nos meios de transporte, surgia uma “nova mulher” que se punha a “serelepear nos asfaltos”, e justamente por isso era vista com desconfiança e revolta pelos homens, pois continuava forte o discurso segundo o qual a mulher deveria ser o contrário do homem, ficando limitada ao universo do lar como mãe-esposa-dona-de-casa (Ariès, 1981).

A atribuição da mulher ao âmbito privado, que, como já foi dito, vem de longa data, continuava acontecendo. A crença de ser a natureza feminina propícia para o desempenho das funções do lar persistia, mas agora era calcada em argumentos diferentes. Anteriormente, justificava-se o fato de ela ser incumbida de casar, gerar filhos e cuidar dos outros com base em sua suposta inferioridade biológica, que limitava suas condições de realizar outras tarefas. Mas, depois, influenciado por princípios da modernidade que atribuíam “igualdade” a homens e mulheres, foi preciso desenvolver outros argumentos.

Assim, em pleno processo de modernização, conforme as autoras, persistia a idéia de ser o lar o principal local de realização para elas. E, por correspondência a isso, fazia-se da rua e do mundo do trabalho o local de atuação e realização dos homens, valorizado como naturalmente apto para as atividades do âmbito público. Esperava-se que homens e mulheres desempenhassem papéis complementares na sociedade, nunca iguais, e que obedecessem aos limites do domínio de cada sexo.

Então, eram concedidos juridicamente mais direitos aos homens do que às mulheres. O discurso igualitário que chegava ao Brasil pela influência da modernidade apresentava o trabalho no âmbito público como uma possibilidade para as mulheres. Mas, segundo o Código Civil de 1916, mesmo quando a elas era dado o direito de trabalhar, isso dependeria da autorização do seu marido.

Na realidade, os poderes de um marido iam além dos previstos em leis, como aponta Maluf & Mott (2008):

A ele cabia deliberar sobre as questões mais importantes que envolviam o núcleo familiar: a apropriação e a distribuição dos recursos materiais e simbólicos no interior da família, o uso da violência considerada “legítima”, cujos limites eram debilmente contornados por aquilo que se considerava excessivo, e o controle sobre aspectos fundamentais da vida dos familiares, como as decisões sobre a escolha do tipo e local da formação educacional e profissional dos filhos (Maluf & Mott, 2008, p.376).

Era dada ao homem a chefia da família. Segundo Maluf & Mott (2008), mesmo sob a influência de idéias igualitárias, o Código Civil de 1916 continuava respaldando a divisão sexual das esferas sociais – a esfera pública para os homens e a esfera privada para as mulheres – mas, não mais com base em argumentos que afirmavam a inferioridade física e mental das mulheres. Considerando-se, então, homens e mulheres como seres dotados de capacidades equivalentes, o argumento para a referida divisão dos espaços era o de que haveria necessidade de que alguém assumisse a direção para harmonizar as relações da vida conjugal.

É fato que a vinculação da mulher ao mundo doméstico, e do homem ao mundo público, em um contexto de expansão das relações capitalistas, significou para as mulheres mais do que somente sua dependência econômica em relação à figura do seu marido. Representou a sua exclusão das relações de produção socialmente valorizadas, isto é, que produzem capital. Por isso, ela foi denegrida, não pelo fato de ser mulher, mas pela desqualificação das atividades que eram atribuídas a elas. O trabalho no âmbito público conferia mais poder a eles num contexto de expansão das relações capitalistas, em que o “espírito do cálculo” gerava a individualização da produtividade e a distinção, não só entre homens e mulheres, mas entre indivíduos (Bourdieu, 1979).

Sustentado pela atribuição da mulher ao âmbito privado e do homem ao âmbito público, ergueu-se no Brasil no início do século XX um modelo de família em que homens e mulheres tinham funções complementares: um marido trabalhador e provedor das necessidades familiares tinha como correspondência uma mulher que respeitava os ditames da moral e dos bons costumes, restrita ao mundo do lar, responsável pela honra familiar.

Em vias de modernização do Brasil, quando se importava do exterior princípios de “igualdade” e “liberdade”, a marcada distinção dos papéis sociais de homens e mulheres, que legitimava a desigualdade financeira e de oportunidades, poderia ter sido alvo de questionamentos. Mas, inicialmente, aqui ocorreu o

contrário: a importação de modelos da modernidade gerou uma reação de resistência às mudanças nos padrões de relação de gênero que se anunciam, reforçando novamente os padrões que diferenciavam o feminino e o masculino, associando cada um deles aos espaços privado e público.

Desta forma, os novos padrões da modernidade povoavam literatura, jornais e revistas ao mesmo tempo em que esforços eram despendidos no sentido de impedir a “dissolução dos costumes”. Assim, aconteceu a reinvenção de padrões sociais e de papéis femininos e masculinos na sociedade, sob a influência de uma moral que tinha no casamento e na família uma referência central.

Para tanto, o discurso médico higienista exerceu um papel fundamental. Ele contribuiu para a institucionalização de novos padrões sociais, baseando-se na ciência da época e apoiado na moral da família e dos bons costumes. Os médicos prescreviam às mulheres que se ocupassem do lar, argumentando que esta atividade correspondia àquela que lhe era mais apropriada, dada a sua natureza intuitiva, mais frágil, delicada. Aconselhavam às mulheres o amor para com os filhos, em correspondência ao natural “instinto materno”, e também aos homens, pois a paternidade, segundo o discurso higienista, não se traduz em ser provedor da família, mas em zelar pela felicidade da família. O casamento, por exemplo, chegou a ser recomendado por eles como “garantia de saúde da humanidade”, e os celibatários, vistos com desconfiança. Deste modo, a associação masculinidade-paternidade e feminilidade-maternidade se tornou o novo padrão regular da existência social e emocional de homens e mulheres e, novamente, apoiou uma moral familiar (Rocha-Coutinho, 1994; Costa, 1989; Maluf & Mott, 2008).

Apesar de todos os esforços feitos para conter as mudanças provocadas pela modernização do país, ela trazia novidades para a vida familiar – como, por exemplo, os novos eletrodomésticos -, e também produzia uma nova imagem para a mulher dona-de-casa. O avanço das tecnologias trouxe para dentro de casa um maquinário que auxiliaria a dona-de-casa na realização das tarefas mais pesadas e cansativas. Apesar de as facilidades dos novos utensílios de casa não serem aproveitados por uma significativa fatia da população, suas novidades eram amplamente divulgadas e associadas a uma nova imagem de mulher, a mulher moderna, sempre linda e feliz, exímia dona-de-casa e administradora do lar, detentora de conhecimentos gerais e ainda uma esposa maravilhosa. Esta imagem era diferente daquela da mulher que se submetia aos trabalhos pesados e

desgastantes da manutenção da vida doméstica, que carregava os odores da cozinha e calos nas mãos. Agora, a mulher dona-de-casa era moderna e permanecia sendo a “rainha do lar”. Este era um novo ideal de mulher que surgia. Mesmo não correspondendo à realidade de todos os seguimentos sociais, influenciou profundamente a identidade social da mulher desde o início do século até os dias de hoje – e também a do homem (Maluf & Mott, 2008).

No cenário de modernização do Brasil, continuavam, portanto, a ser padronizadas trajetórias de vida distintas e complementares para homens e mulheres, fazendo correspondência ao modelo social que destinava os âmbitos público e privado, respectivamente, para homens e mulheres e instituía um modelo de família. O homem continuava tendo a importante função de pai-provedor; e a mulher, a de mãe-esposa-dona-de-casa-educadora. Ele era valorizado como um bom trabalhador, capaz de propiciar estabilidade a toda a família; e ela, como possuidora de habilidades que a tornavam apta para exercer sua função no lar. E aos cônjuges era atribuído o zelo para com os filhos.

Mesmo com esse sucesso inicial em preservar tradicionalismos arraigados em meio à modernização, introduzir modernidade ao Brasil implicaria, em última instância, na introjeção de um discurso igualitário que levaria, inevitavelmente, à emancipação da mulher em relação ao homem e à desconstrução do modelo mulher “rainha do lar”. Os valores da modernidade trouxeram às mulheres, em decorrência do avanço do feminismo e de reivindicações por maiores oportunidades, a necessidade de buscar se realizar também fora dos limites do lar, com a possibilidade de trabalhar fora de casa e investir em uma profissão.

Contudo, para não reverter completamente a ordem que vigorava nas primeiras décadas do século XX, observa-se que as profissões indicadas às mulheres correspondiam à extensão das suas atribuições dentro de casa. Poderiam trabalhar como professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operárias da indústria têxtil, de confecções e alimentícia, mas, claro, desde que tivessem a devida autorização do marido e que fossem acima de tudo boas donas de casa. Então, ser a “rainha do lar” continuava a representar a qualidade intrínseca da alma feminina, independente do fato de ela ser também uma “profissional” (Maluf & Mott, 2008).

Tudo isso aponta para a forte influência de padrões tradicionais na institucionalização dos modelos de trajetórias de vida. A modernização do Brasil

provocou um ajustamento entre as referências da modernidade européia e aquelas do nosso passado patriarcal, gerando uma forma peculiar de conciliação de valores antagônicos, individualistas e familísticos. Por isso, nas primeiras décadas do século XX as trajetórias de vidas padronizadas respeitavam as delimitações tradicionais do universo feminino e do masculino, vinculando ainda a mulher ao âmbito privado e o homem ao âmbito público.

3.2.1.

Anos 1960 e 1970: “contestando os padrões”

Esta descrição preliminar sobre a vida social nas primeiras décadas do século XX no Brasil, período em que o país iniciava sua marcha em direção à modernidade, permitirá melhor compreender os padrões sociais que foram instituídos a partir de meados do século.

As pessoas da geração mais velha desta pesquisa nasceram entre 1939 e 1949 e viveram seus 25 anos por volta de 1964 a 1974, anos marcados por intensas transformações sócio-culturais no Brasil. Suas trajetórias de vida foram marcadas pelos padrões sociais do início do século, estabelecidos em decorrência do processo de modernização do Brasil, e por questionamentos que se pronunciaram nas décadas de 1960 e 1970. A particularidade da experiência das pessoas desta geração vem justamente do fato de elas terem vivido um momento de transição da sociedade.

Filhos de pais que viveram o início do processo de modernização do Brasil, as pessoas desta geração, de uma maneira geral, foram criadas dentro de um modelo de educação e socialização regido por padrões ditos “tradicionais”, segundo os quais os papéis sociais femininos e masculinos e geracionais eram rigidamente distintos e as esferas privada e pública eram reservadas à atuação de mulheres e homens, respectivamente.

É o que afirma Rocha-Coutinho (1994). Segundo ela, até início da década de 1970, o modo de criação dos filhos pelos pais reproduzia um modelo tradicional de distinção dos papéis sociais femininos e masculinos. As meninas eram criadas para serem donas de casa e os meninos para promoverem o sustento do lar. Pelo fato de receberem uma educação diferente, coerente com as distinções sociais entre “identidade feminina” e “identidade masculina”, meninos e meninas

se diferenciavam. Os meninos eram introduzidos a atividades que, posteriormente, os tornariam aptos a ingressar no mundo masculino do trabalho e da competição. E as meninas, por sua vez, pelos tipos de comportamentos que lhes eram encorajados na educação recebida – tais como: serem dóceis, sensíveis, boazinhas, úteis, prestativas, tolerantes, a não incomodarem as pessoas, a não dizer não, a cuidar de todo mundo, zelar pela tradição e pelos laços de família – se tornariam aptas a desempenhar papéis no lar e na família.

Isso delimitava os contornos do modelo social de trajetória de vida traçado neste período. Haveria percursos diferentes para homens e mulheres, mas eles seriam complementares – daí, justamente, viria o equilíbrio das relações na família e na sociedade. Este era um padrão que correspondia exatamente àquele das primeiras décadas do século XX. Mas, entre as décadas de 1960 e 1970, ele foi incisivamente contestado, abrindo espaço para que novos modelos sociais de trajetória de vida viessem a influenciar as gerações seguintes. Vejamos, então, como isso ocorreu.

Segundo Mello & Novais (2010), entre 1950 e 1980, muitas mudanças ocorreram no Brasil. Dando seguimento ao processo de modernização já iniciado no início do século XX, vivia-se a sensação de que faltava pouco para o país se tornar, enfim, uma nação moderna. Os anos entre 1945 e 1964 foram momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente avançados, que exigiam investimentos de grande porte. As migrações internas e a urbanização aconteciam em ritmo acelerado. Os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos já tinham sido incorporados. Assistiu-se ao desenvolvimento de indústria de alumínio, cimento, vidro, papel; indústrias têxtil, de alimentos, calçados, bebidas; indústria farmacêutica; sistema rodoviário, que ligava as diversas regiões do país. Dispunha-se de todos os eletrodomésticos. Surgia o alimento industrializado; os grandes supermercados, o shopping center. Modificavam-se os hábitos de higiene e limpeza, com a chegada do detergente, do sabão em pó, dos cotonetes, do fio dental, etc. O vestuário também passou por uma revolução que refletia o avanço da indústria têxtil, trazendo à moda, por exemplo, a calça jeans.

Tudo isso transformou a vida de todos. Ainda que as pessoas das classes médias e alta fossem as que tivessem mais acesso aos bens de consumo, todos os outros segmentos sociais foram influenciados por essa forma de progresso que

acontecia no Brasil, pois, mais do que a incorporação do consumo, ele significou a reestruturação das relações e dos espaços de produção em todo o país.

A imagem do país era, conforme Mello & Novais (2010), a de uma sociedade em movimento. Homens e mulheres iam de uma região a outra do território nacional, buscando melhores oportunidades de trabalho onde o progresso era mais iminente. Essa foi uma característica do desenvolvimento que se instalou aqui.

Na década de 1950, a corrida para o progresso atingia um ritmo muito acelerado. Um exemplo disso era a meta posta por Juscelino Kubitschek de desenvolver o país “50 anos em 5” de 1956 a 1960, intensificando o fluxo de desenvolvimento do país por meio do avanço nas industrializações e das áreas de ação do poder público - educação, saúde e previdência (Mello & Novais, 2010).

Verifica-se, com tudo isso, que, em meados do século XX, a instauração de um processo de desenvolvimento do país, visando ao progresso espelhado nos países de 1º mundo, impulsionou uma série de mudanças na realidade brasileira (econômicas, sociais e culturais) e na vida pessoal de todos. Mas a penetração de valores capitalistas, próprios da modernidade, não se fez sem as influências daquilo que compõe a história brasileira, a saber, a herança de uma estrutura social patriarcal (Freyre, 1999). Assim, apesar do desenvolvimento de indústrias diversas no país, que possibilitavam à população o consumo de mercadorias associadas ao estilo de vida de uma sociedade desenvolvida do primeiro mundo, não se constituiu aqui uma vida social propriamente calcada em valores modernos. Ora, sustentando os preceitos da modernidade estão valores universalistas e igualitários. No entanto, no Brasil, apesar de todo o avanço, a moral familiar continuou a se sobrepor à moral individual (Mello & Novais, 2010).

A televisão, as revistas e os jornais cumpriam um papel muito importante na divulgação de modelos e valores da tão desejada “vida moderna”. Influenciada pela mídia americana, a mídia brasileira ajudou a disseminar padrões de consumo modernos e novos estilos de vida. Os emblemas da modernidade emitidos através desses veículos contribuíram para incutir na sociedade novos símbolos, valores e padrões para a vida de todos (Mello & Novais, 2010).

As pessoas desta geração vivenciaram um período importante da história brasileira: o regime militar. Instalados no Brasil no dia 9 de abril de 1964, os

militares trouxeram para a história do Brasil o desmoronamento da primeira experiência democrática que o país vinha construindo aos trancos e barrancos. O regime autoritário durou 20 anos. Nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços do que nas democracias. Isso, porque, embora o autoritarismo procure restringir a participação política autônoma, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada (Almeida & Weis, 2010).

O período da ditadura pode ser dividido em três fases: a primeira, de 1964 a 1968, com a promulgação dos Atos Institucionais; a segunda, de 1969 a 1974, sendo os anos lacerantes da ditadura, com o fechamento temporário do Congresso, o tempo da censura, da tortura, dos desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga; a terceira, de 1975 a 1984, um período um pouco mais aberto às oposições, como o primeiro, que teve no movimento pela anistia o marco de sua virada. Em 1984, após o movimento “Diretas Já”, foram restabelecidas as eleições diretas para Presidente (Almeida & Weis, 2010).

Durante a ditadura houve intensa mobilização da população nas causas políticas, o que se desdobrou na invasão da vida familiar pelos assuntos ligados à política, gerando uma “revolução de costumes”, vivida por homens e mulheres de classe média que se opunham à ordem política. O momento era de questionamentos sobre tudo, sobre todos os costumes e sobre as instituições. Já desde o final dos anos 1950, fidelidade e sexo antes do casamento já eram discutidos. Mas, na década de 1960, questionou-se também o modelo de família correspondente àquele das distinções rígidas entre papéis feminino e masculino, onde os assuntos do mundo público e do mundo privado também eram tratados como coisas independentes, e onde vigorava, segundo olhares contestadores, “hipocrisia e desigualdade de oportunidades entre os sexos” (Almeida & Weis, 2010).

No caso das mulheres, o repúdio aos comportamentos tradicionais, “pequeno-burgueses”, se fez em nome de um ideal de autonomia que traria a possibilidade de viver livremente e de existir no mundo para além da vida doméstica, buscando realização amorosa, profissional, independência financeira e, também, atividade política. Por isso, jovens se inspiravam em negar os valores herdados da família.

Esses anos viram surgir novos comportamentos para os jovens, imbuídos no espírito de contestação dos valores e costumes tradicionais. As músicas, as roupas, os penteados, as formas de se portar, tudo tinha um sentido opositor à moral dos bons costumes. O mesmo significado atribuiu-se às incursões ao território das drogas: o “baseado”, o “ácido” ou o “pó”. O movimento da contracultura “hippie” também tinha um sentido político de oposição à ordem estabelecida. Ele incorporava a maconha, misticismo, ioga, cabelos compridos, liberdade sexual como novas crenças, símbolos e comportamento. Busca da verdade pessoal, seja por meio da psicanálise ou das drogas, podia ter uma conotação anti-autoritária. No auge da ditadura, nos anos 1970, “puxar fumo”, “viajar” ou “cheirar” não eram apenas formas de gratificação dos sentidos, mas um modo de contestar o conservadorismo da sufocante ordem política. Dizia-se, então, que “o pessoal é político”. Assim, a vida política adentrava a rotina diária e as relações pessoais, de forma ora sutil ora brutal (Almeida & Weis, 2010).

E quais foram os impactos disso tudo para os padrões de trajetórias de vida que se instituíam?

A modernização do Brasil pode ser medida pelo grau de introdução de valores individualistas, igualitários e libertários na vida social. Como foi descrito logo acima, no Brasil, esses valores foram importados por influência de modelos de modernidade vividos em outros países. Mas, chegando aqui, esses valores foram “aclimatados” à cultura existente, assimilados de uma forma peculiar, conciliados com os valores tradicionais que aqui existiam.

Mesmo assim, com o passar dos anos muitas mudanças foram sentidas no que diz respeito às trajetórias de vida padronizadas, principalmente no que diz respeito aos padrões de trajetórias atribuídas às mulheres. O acesso à universidade e o divórcio podem ser tomados como dois dos acontecimentos que ilustram a influência de valores da modernidade no curso de vida instituído.

O acesso das mulheres aos estudos de nível superior é apontado por diversos autores como um acontecimento transformador dos padrões sociais - dos padrões de trajetória de vida e dos padrões de relações conjugais e familiares. Poder frequentar uma universidade resultava da absorção social de princípios igualitários, modernos, com a abertura do conhecimento às mulheres. Mas a passagem pela universidade acabou se tornando mais que isso: abriu para elas novos caminhos em suas vidas, dentre eles a possibilidade de ter uma profissão e

de não depender financeiramente do marido - dois fatos absolutamente revolucionários na história das mulheres, dos quais resultou a possibilidade de elas assumirem um posicionamento diferente com relação a seu marido, sua família e toda a sociedade: uma posição emancipatória.

Mas é claro que as transformações não ocorreram abruptamente. Inicialmente – e foi o caso das mulheres desta geração –, a ida da mulher à universidade se deu permeada de preconceitos. Havia preconceitos quanto à presença de mulheres em escolas como direito, medicina ou engenharia e, por isso, o natural foi que elas se dirigessem mais às faculdades de filosofia para que depois pudessem ingressar no professorado de ginásio, do curso clássico ou científico, que era considerado um prolongamento de suas tarefas tradicionais: a de cuidar do lar e das crianças.

De acordo com Rocha-Coutinho (1994), até o início dos anos 1960, uma carreira profissional era algo praticamente inconcebível para uma mulher, mesmo que já tivessem ido a uma universidade. Era considerado inapropriado que uma mulher fosse superior, em termos de inteligência ou força física, a um homem. Elas eram desencorajadas a investir em uma profissão, pois o seu papel social mais importante deveria continuar sendo o de “rainha do lar”.

Portanto, apesar das novas perspectivas que se abriam para as mulheres neste período, o padrão de mulher “mãe-esposa-dona-de-casa” continuava forte. Era comum que os maridos preferissem tê-las apenas para a família. “‘Antes de casar minha mulher trabalhava. Agora não. Não quero que ela trabalhe, por orgulho’; ‘Minha mulher não trabalha fora. Nunca gostei disso’; ‘Minha esposa trabalha. Prefiro que ela não trabalhe, mas ela quer’” (Mello & Novais, 2010, pág. 597).

Certamente, não se tratava de um patriarcalismo urbano. Conforme Mello & Novais (2010), nesse contexto o casamento romântico já triunfava, dando o direito a homens e mulheres de escolherem seus cônjuges seguindo seus corações. A interferência da família extensa nisso era cada vez menor, significando quase simplesmente “conselhos” e “alertas”. Mas a iniciativa do namoro ainda vinha do homem. O dever das moças era “refrear” seus namorados para que não “avançasse o sinal”, sob o perigo de ficarem “faladas” e, consequentemente, “ficarem encalhadas” ou “ficarem para titia”. Os homens iniciavam-se sexualmente cedo, geralmente com prostitutas ou empregadas domésticas, mas

buscavam mulheres virgens, prendadas, discretas, pacientes, boas mães, boas dona-de-casa e boas esposas para se casar. No casamento havia diferenciação nas funções do homem e da mulher. Ele era o “cabeça do casal” e o “chefe da família” e provedor do sustento da família; e ela era a mãe, dona-de-casa, a esposa. A relação entre elas já comportava mais proximidade, diálogo, compreensão mútua e os assuntos que lhes diziam respeito não eram falados a estranhos.

Então, tudo indica que padrões “tradicionalis” permaneciam vivos - embora, nesse momento, já começasse a florescer o ideal de felicidade individual, trazendo conflitos, sobretudo, para as mulheres de classes médias e alta, como se pode ver em seguida:

O desejo de trabalhar, de independência financeira, convivia, da classe média para cima, com o ideal da “rainha do lar”; um certo inconformismo diante do comportamento sexual dos maridos dados a aventuras caminhava lado a lado com a resignação diante da natureza do homem. A busca do verdadeiro companheirismo, da autenticidade, da sinceridade nas relações entre os cônjuges ficava, é certo, abafada pela vontade ou pela necessidade de manter a qualquer custo o casamento, sobretudo por razões religiosas, mas também, por motivos econômicos e por preconceitos sociais (Mello & Novais, 2010, p.612).

De fato, a partir dos anos 1970, segundo Rocha-Coutinho (1994), a forma de representação da subjetividade feminina, que legitimava o enclausuramento da mulher no lar e, consequentemente, a desigualdade com relação ao homem – desigualdade de poder, financeira, de responsabilidades domésticas –, foi alvo de contestação. Questionamento sobre a naturalização deste padrão de identidade para a mulher, que significa também a institucionalização de um padrão de trajetórias de vida para elas, geraram um movimento de ampliação de sua identidade, com a inclusão do papel de trabalhadora e de pessoa com uma carreira. Mas isso, claro, não sem dificuldades, pois o que estava por trás da ocupação dos espaços ditos “masculinos” pela mulher era a transformação da representação do lugar da mulher na sociedade (Denefle, 1999).

Um estudo realizado com pessoas de três gerações (Barros, 2009) explora o processo de transformação das trajetórias de vida, mas enfocando especificamente o caso de mulheres. Parte dos resultados confirmam que, para a mesma geração de que tratamos aqui, a forma rígida com que são distinguidas as atividades femininas e masculinas existe desde sua socialização, na infância, e

persiste após o casamento; a dependência financeira da mulher ao marido fazia parte desses padrões tidos como “naturais”, embora isso não se desse sem incômodos às mulheres; a possibilidade de mulheres irem à universidade, estudar e trabalhar, passou a ser visto como desejáveis para seus destinos, mas inicialmente não estavam relacionadas a profissionalização; mesmo que não trabalhassem, a falta de estudos (e mais à frente, de trabalho) poderia ser sentida como empobrecimento pessoal; o casamento, muitas vezes, levava à interrupção dos projetos de trabalho e estudos, numa concepção de “natureza feminina” como sendo propícia à família; uma separação conjugal era vivida por elas como abandono; além disso, a autora constatou ser recorrente a queixa feita por essas mulheres de se considerarem despreparadas para a vida de casada e para a maternidade, justamente essa geração que foi criada com destino certo ao cuidado e às atividades domésticas. Isso pode explicar a importância dos laços entre mulheres na família, em atitudes solidárias e colaborativas.

Outro fato de importante impacto nas trajetórias de vida desta geração foi o advento do divórcio. Foram as pessoas desta geração que vivenciaram o início do aumento da incidência de divórcios no Brasil. Embora muitas vezes sentido pelas mulheres, aquelas que tinham sido educadas para serem “rainhas do lar”, como um fracasso pessoal ou abandono pelo marido, o divórcio aponta o fim de um modelo de casamento eterno para homens e mulheres baseado na complementariedade dos papéis sociais femininos e masculinos. Seguramente, a possibilidade do divórcio alterou definitivamente as expectativas de mulheres e homens com relação a suas trajetórias de vida, ao casamento e à constituição de uma família. E refletiu também nos valores embutidos na educação que a partir de então seria dada aos seus filhos, as pessoas das gerações futuras.

Além disso, sob a influência de movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos, e com a chegada da pílula anticoncepcional, que tornou possível desvincular sexualidade e procriação, aos poucos o papel da mulher na sociedade brasileira foi se modificando. A identidade feminina, calcada na figura da mulher mãe-esposa-dona-de-casa, submetida a questionamento, levou muitas mulheres a se perguntarem “o que elas queriam da vida”.

Então, pode-se concluir que, em meio ao intenso fluxo de mudanças que caracterizou a vida social no início e meados do século XX, uma transformação

muito profunda atingiu os padrões instituídos para as trajetórias de vida de mulheres e de homens, sobretudo as das mulheres.

Não se pode afirmar que ocorreu, para esta geração, para usar os termos utilizados na primeira parte deste capítulo, a individualização de suas trajetórias de vida, correspondendo a uma profunda absorção de valores modernos, individualistas. O que se verifica é, antes, uma pressão no sentido de se questionar e contestar um padrão - o padrão de separação dos espaços público e privado e de vinculação destes ao feminino ou masculino – e de romper com a norma social estabelecida. Isto é parte do processo de desinstitucionalização de um padrão de trajetória de vida, necessário para o surgimento de novos padrões no futuro.

3.2.2.

Anos 1990 e 2000: “reinventando padrões”

As pessoas da geração de que trataremos a partir de agora não conheceram a efervescência dos protestos que marcaram a geração anterior. Elas tinham entre 25 e 35 anos em 2009, quando foram realizadas as entrevistas, e, portanto, nasceram entre 1974 e 1984. Foram socializados dentro de um modelo social diferente daquele que seus pais conheciam. Mesmo que ainda tenham sido influenciados pelos padrões tradicionais de distinção dos papéis sociais femininos e masculinos, foram-lhes transmitidos outros valores, igualitários, os quais foram inseridos na sociedade brasileira ao longo das transformações político-econômico-sócio-culturais ocorridas nas décadas anteriores.

Diferentemente das pessoas da geração anterior, que eram socializadas dentro de um modelo de distinções rígidas dos papéis sociais femininos e masculinos, os jovens adultos de hoje recebem da sociedade indicações menos claras sobre seus papéis sociais e sobre o percurso de vida a seguir. Anteriormente, homens eram educados para assumir o papel de provedor e pai de família; da mesma forma, as mulheres eram criadas para serem mãe-esposa-dona-de-casa. Suas trajetórias de vida eram socialmente padronizadas, já estavam pré-determinadas. As expectativas das pessoas giravam em torno de poder cumprir, bem ou mal, o que lhes era imposto.

No entanto, esta geração de hoje vive num momento em que a solidez dos padrões sociais anteriormente instituídos está se desfazendo. Trata-se de uma

mudança mundial. Segundo Hall (2002), este é um momento em que os indivíduos não encontram referências sólidas para se apoiarem e para estruturar suas vidas:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada ‘crise de identidade’ é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (pág.7).

Segundo Rocha-Coutinho (2007), hoje em dia, nas classes médias e altas, é comum que as mulheres sejam educadas como os homens. Ainda que persistam algumas diferenças relacionadas a distinções tradicionalmente atribuídas a homens e mulheres, como o fato de a mulher continuar a ser o sustentáculo da família, no contexto atual meninas e meninos são educados para competir e para crescer profissionalmente, para buscar seu sucesso pessoal e sua independência financeira.

Isso se confirma no estudo realizado por Mancebo & Maia (2010), em que os dados apontaram a relevância atribuída à realização profissional nos relatos de jovens sobre seus planos para o futuro. O trabalho possui grande importância na construção subjetiva dos jovens como valor e como meio de realização de sonhos e desejos pessoais. A idéia de que “ninguém pode ficar parado” é uma estratégia para se alcançar sucesso na vida, quando os projetos de vida se alteram de acordo com as possibilidades e oportunidades que se apresentam.

Mas os questionamentos vividos nas décadas de 1960 e 1970 não deixaram como herança para os tempos atuais somente a ruptura de um padrão que determinava que homens ocupassem o âmbito público e as mulheres se ocupassem do âmbito privado. Caiu por terra também, naqueles anos, a crença na existência de um modelo universal de trajetória de vida para cada gênero e de realização pessoal. Está aberta, assim, a brecha para a diversidade social, para a individualização das relações e das trajetórias de vida.

No estudo realizado por Barros (2009), já referido acima, em que foi feita a comparação dos discursos de pessoas de três gerações, constatou-se que faz parte dos projetos de vida das pessoas da geração mais jovem (de 22 a 36 anos)

entrar para a universidade, trabalhar e ter uma carreira profissional. Família, trabalho, amizade, sexualidade são domínios de importância para elas. A realização profissional almejada não se resume a independência financeira, mas é também fonte de satisfação pessoal. Estas pessoas contam com o apoio dos pais na busca por estabilidade financeira e têm demorado mais para deixarem a casa da família para terem suas próprias residências. Casam-se também mais tarde, em comparação com as pessoas das gerações anteriores, e os casamentos frequentemente terminam em divórcio. Elas contam com uma estrutura flexível de acolhida familiar, isto é: ao saírem de casa dos pais, sabem que poderão voltar; também pode acontecer de saírem da casa dos pais para irem residir com algum outro familiar, avós ou tios. Isso indica, segundo a autora, uma ruptura com um padrão de matrifocalidade da residência, como consequência das separações conjugais dos pais, podendo-se ver a família como algo que se ramifica.

Sem dúvida, são gigantes as diferenças nos horizontes das pessoas desta geração quando comparadas com os daquelas nascidas na década de 1940. Suas diferentes expectativas se devem a mudanças socioculturais mais amplas que abrangem o Brasil e o mundo. Acredita-se que uma das diferenças mais significativas entre as trajetórias de vida para essas duas gerações está relacionada ao papel que era socialmente atribuído à mulher - o que depois desencadeou alterações no papel social atribuído ao homem.

Nos anos 1960 e 1970, movimentos sociais defendiam a emancipação da mulher e uma profunda mudança no eixo que sustentava a identidade feminina de até então. Nas décadas seguintes - 1980, 1990 e 2000 – ocorreram, no Brasil, diversas mudanças sociais inspiradas em valores igualitários que tinham o objetivo de viabilizar a emancipação feminina anunciada pelos movimentos sociais. A separação de sexualidade e procriação, o surgimento da pílula anticoncepcional, o divórcio legitimado por lei e a profissionalização da mulher, que se desdobrou na conquista de um novo espaço de realização para elas, a realização profissional – tudo isso abalou as bases do tripé mãe-esposa-dona-de-casa, o qual dava sustentação às identidades e aos projetos de vida das mulheres de antigamente.

Isto, evidentemente, influenciou também o lugar dos homens na sociedade. No entanto, acredita-se que as mudanças sociais neste período tocaram primeiramente, e mais profundamente, o universo feminino, uma vez que foram

elas as identificadas como as mais oprimidas pelas assimetrias de gênero vigentes nas relações tradicionais, considerando que o seu confinamento ao lar gerou dependência financeira em relação ao marido e estigma de inferioridade perante a sociedade.

Então, as maiores contestações na década de 1960 e 1970 tratavam do caso delas, de modo que a imagem da mãe-esposa-dona-de-casa como sinônimo de “mulher” foi alvo de muitos protestos. Embora tenham levado, certamente, a uma transformação do universo masculino, mas apenas posteriormente, como se pode ver com Rocha-Coutinho (2000):

... o novo modelo masculino foi, até certo ponto, fruto, não de uma insatisfação pessoal, mas desencadeado pelas alterações no papel e na posição das mulheres na sociedade. Além disso, enquanto para as mulheres, ‘alcançar a outra margem’ e abordar o terreno masculino do trabalho e da profissão ‘é valorizador, para os homens, colocar-se no terreno doméstico ‘menor’ das mulheres sempre foi considerado ‘desvirilizante’ e, portanto, socialmente desvalorizado. Deste modo, ao contrário da mulher que compreendeu que, desenvolvendo além de sua antiga feminilidade a parte ‘viril’ do seu ser ela só se enriquece, a maioria dos homens ainda reluta em exprimir sua parte ‘feminina’ porque teme perder sua virilidade e todas as vantagens a ela relacionadas e a que tem direito ainda no mundo atual (Rocha-Coutinho, 2000, p.15).

A década de 1980, muitas vezes chamada de “década perdida” em função do saldo negativo apresentado pela economia brasileira nesse período de altos e baixos, tratou-se de um período em que diversas mudanças na sociedade aconteciam como resposta às reivindicações políticas e sociais vividas nas décadas anteriores e preparando o país para a nova realidade que viria no futuro. Dentro os acontecimentos geradores de mudanças para a condição da mulher naqueles anos, destacam-se aquelas referidas à legislação civil brasileira, a reforma da constituição concluída em 1988, onde as alterações feitas, de maneira geral, correspondem à penetração de princípios igualitários e libertários. Uma dessas alterações na legislação refere-se, conforme Berquó & Oliveira (1992), à regulação do divórcio. A possibilidade do divórcio foi introduzida na legislação civil brasileira a partir de 1977, mas as modificações advindas com a nova Constituição da República de 1988 tornaram a separação conjugal mais fácil, “no que diz respeito não apenas aos pré-requisitos de tempo de separação, mas,

também, quanto à possibilidade de transformação da separação de fato em divórcio, sem a passagem necessária pela etapa da separação judicial” (p.164).

Segundo Berquó (1989), na década de 1980 observou-se o aumento significativo no número de divórcios, o que pode ser visto como consequência da referida mudança na legislação, e, também, como parte de um processo amplo de mudanças sociais que vinham ocorrendo desde a década de 1960, dentre as quais se destaca a emancipação feminina. Isso significou uma importante mudança nos padrões de trajetórias de vida de todos, sobretudo das mulheres, uma ruptura com o modelo historicamente construído segundo o qual ser “rainha do lar”, mãe-esposa-dona-de-casa, era a dimensão central de sua identidade.

O advento do divórcio simbolizou a libertação da mulher desse padrão. Trouxe a possibilidade de se identificarem com outros papéis sociais, anteriormente designados aos homens, bem como de expandirem os padrões de trajetórias de vida disponíveis a elas. Assim, a mulher pôde encontrar outras formas de afirmação pessoal que não estivessem restritas à imagem da mulher-esposa – esse é o primeiro componente do tripé mãe-esposa-dona-de-casa.

Outra dimensão fundamental na identidade feminina que passou por transformações é a dimensão mulher-mãe. A valorização da maternidade como fonte de realização da mulher apóia-se na ideologia que exalta o papel natural da mulher como mãe. No modelo tradicional de maternidade, ser mãe era uma condição central para a estruturação de sua identidade de mulher. No modelo moderno de maternidade, ser mãe continua sendo importante, mas é uma dentre outras dimensões de sua identidade. As mulheres têm a possibilidade de escolher a maternidade, recusando-se ou planejando o momento da gravidez - embora, como mostra Rocha-Coutinho (1994; 2000), a possibilidade de escolha da maternidade conduza, muitas vezes, à conciliação da maternidade com outros papéis atribuídos à mulher moderna, justamente pelo fato de ainda ter grande importância na representação identitária das mulheres de classe média.

Nas décadas de 1990 e 2000, as discussões feministas passaram a situar o problema da maternidade no âmbito de questões mais amplas, que incluem, por exemplo, as tecnologias reprodutivas, esterilização, aborto, cesarianas, técnicas de concepção artificiais, a profissionalização da mulher. As novas tecnologias reprodutivas, como o advento da pílula anticoncepcional já vinha fazendo, permitiram dissociar procriação biológica e sexualidade feminina. A

profissionalização da mulher e seu investimento na carreira profissional fizeram com que a maternidade se tornasse uma escolha programada em suas vidas – e a prole reduzida é uma boa saída -, pois, conforme aponta Scavone (2001) e muitos outros autores, comumente recai sobre a mãe a maioria das responsabilidades parentais. Isso significa que, após o nascimento do bebê, a conciliação da maternidade com uma atividade profissional muitas vezes é complicada.

Scavone (2001) observa que, na década de 1990, houve uma queda abrupta da taxa de natalidade em decorrência da redução do número de filhos desejados (passou de aproximadamente 4 filhos, em 1980, para cerca de 2 filhos, em 1996). Esta diminuição pode estar ligada à emergência de um novo modelo de família, em que, além de proles reduzidas, estão mulheres com carreiras profissionais, pais e mães juntos e/ou separados, mães e pais cuidando sozinhos de seus filhos. Representa, portanto, uma adequação da vida familiar aos novos valores da vida contemporânea.

O problema da maternidade e da transformação do padrão de identidade feminina que associa mulher e mãe toca também na questão do modelo de parentalidade em que os pais se ocupam primordialmente dos assuntos do âmbito público e se comprometem com os assuntos dos filhos bem menos do que as mães. Isso se traduz, por um lado, na sobrecarga da mulher com as funções domésticas, o que a torna menos disponível para outras atividades, tais como as atividades da vida profissional; e, por outro lado, no distanciamento afetivo do homem em relação aos assuntos da intimidade da família.

Intimamente ligado à nova posição da mulher diante da maternidade e à transformação da identidade feminina como um todo está o fato de a mulher ter se inserido no mercado de trabalho. Toca-se, agora, no terceiro componente do tripé que sustenta a identidade da mulher tradicional, mãe-esposa-dona-de-casa.

Conforme Almeida (2007), o trabalho feminino sempre fez parte da realidade das famílias brasileiras das camadas populares como uma necessidade de sustento familiar, como um benefício para a família. Mas, a partir dos anos 1960, o trabalho feminino começou a se integrar à realidade das mulheres de classes médias revestido de um sentido emancipatório. Nesse contexto, ele é um projeto individual, destinado mais à satisfação pessoal do que à necessidade propriamente dita. Então, nos segmentos médios, o trabalho feminino proporciona

status à mulher, leva ao crescimento individual e faz parte do processo de constituição de sua identidade (Almeida, 2007).

Contudo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não exclui os estereótipos historicamente construídos sobre o mundo privado e o mundo público. Para os jovens adultos de hoje, ainda que tenham sido expostos a um discurso que incentiva a mulher a participar do mundo público e o homem a se envolver em assuntos ligados à afetividade, persistem as referências que associam o mundo privado ao gênero feminino e o mundo público ao gênero masculino (Rocha-Coutinho, 2003; 2005; 2007; Losada e Rocha-Coutinho, 2007; Jablonski, 2009; 2010). Assim, co-existem dois tipos de expectativas dirigidas a homens e mulheres: as de individualidade, sucesso, realização pessoal e profissional e igualdade entre os sexos; e as expectativas ligadas à antiga tradição patriarcal, que pressupunha que o homem atuasse no domínio público e se encarregasse do sustento da família e a mulher se ocupasse dos filhos e zelasse por uma vida familiar harmoniosa.

Apesar da persistência de traços da divisão tradicional dos papéis femininos e masculinos, ressalta-se que a realização profissional e a independência financeira são condições muito valorizadas e perseguidas pelas mulheres hoje. Segundo Losada e Rocha-Coutinho (2007), elas incorporam à sua identidade tanto a família como o trabalho. As autoras afirmam ainda que, no tocante às tarefas de casa, elas continuam seguindo predominantemente aqueles antigos padrões de divisão de tarefas e responsabilidades. Parece que, no âmbito doméstico, continua vigorando uma certa representação social que associa atividades domésticas a feminilidade.

As mudanças nas trajetórias de mulheres estão intimamente ligadas às mudanças nas trajetórias de homens. Teykal e Rocha-Coutinho (2007) observam que o momento atual é de transição para os papéis e posturas tanto de mulheres como de homens. No espaço público, embora a mulher já atue profissionalmente e eficientemente, ainda é difícil para elas assumir cargos de prestígio e poder, deixando de se sentirem responsáveis pelas tarefas de casa. Também na esfera privada, ainda que muitos homens já começem a participar mais na vida do lar, especialmente cuidando dos filhos, é comum que sigam achando que as mulheres são quem melhor se saem nas atividades familiares. Ainda assim, as autoras afirmam que os homens também estão mudando, como se pode ver:

No caso dos homens, acreditamos que, em grande parte, o espaço deixado pela ausência da mulher nas camadas médias de casa ao se inserir no mercado de trabalho, juntamente com a cobrança social que tem recaído sobre os homens para que expressem um comportamento mais participativo e envolvente nos relacionamentos afetivos e familiares, vem contribuindo para o surgimento de uma nova concepção de masculinidade, de modo geral, e de paternidade, em particular (Teykal e Rocha-Coutinho, 2007, p.263).

Também conforme Gomes & Resende (2004), as mudanças sociais contemporâneas têm levado os homens a se reinventarem, assumindo novos papéis e diferenciando-se da imagem do pai alheio aos assuntos da família, mero reproduutor ou provedor econômico. Aos poucos, ele está encontrando novas formas de participar da vida familiar, menos marcadas pela cultura patriarcal, que impunha um certo distanciamento do homem das relações mais íntimas. Mas, claro, as transformações de valores acontecem num ritmo diferente das mudanças de hábito. Então, conforme os autores, conflitos reestruturantes na família, advindos das mudanças no cenário contemporâneo, desencadearão inúmeras transformações nas relações familiares, dentre elas a forma de se conceber a paternidade.

Mas tão difícil como é para as mulheres se desligar dos padrões tradicionais de identidade e trajetória de vida feminina, é para os homens se livrar dos estereótipos ligados à masculinidade. Segundo Rocha-Coutinho (2000), tradicionalmente descritos como “machistas”, “viris”, os homens da América Latina em geral e do Brasil, nas diversas classes sociais, incorporam essas características como sinônimo de masculinidade. Daí o fato de se verem como provedores financeiros de sua família. Nesse contexto, não suprir as necessidades do lar é sentido como uma desonra, uma falha de caráter.

Mas, de acordo com a autora, não existe uma masculinidade ou uma feminilidade universal, compartilhada por todos os grupos sociais e nos diferentes momentos históricos. As identidades estão continuamente sendo formadas em relação aos outros. Portanto, pode-se, assim, vislumbrar o surgimento de um “novo homem”, mais aberto à participação nas atividades domésticas e nos cuidados com os filhos.

Como conclusões ao que se refere às implicações do individualismo para as trajetórias de vida das pessoas desta geração, pode-se dizer que, como

conseqüência da desconstrução dos padrões sociais tradicionais, iniciada pelas gerações anteriores, os jovens adultos do cenário atual experimentam um momento de invenção de novos padrões. Deste modo, observa-se um movimento em direção à institucionalização de um modelo de trajetória de vida individualizada, com homens e mulheres buscando igualdade nas relações e sentindo-se menos submissos a imposições sociais, embora não raramente ainda recorram a referências antigas para construírem suas identidades.

Esse contexto torna propícia a aproximação dos universos de homens e mulheres, permitindo que ambos transitem mais livremente pelos espaços público e privado. Ainda que isso não seja vivido sem conflitos, os limites referidos aos padrões tradicionais estão sendo postos à prova.

Mas a institucionalização de um modelo de trajetória de vida individualizado não se refere apenas à dissolução de critérios tradicionais de distinção dos papéis sociais de mulheres e homens. Ela modifica a noção de trajetória como um todo, possibilitando que os indivíduos tenham uma maior margem de manobra sobre o curso de suas vidas.

Isso tem uma implicação profunda para o valor atribuído às relações familiares, seja no âmbito da vida das pessoas particularmente, seja no âmbito da sociedade de uma forma geral. Observa-se que, para as gerações mais antigas, a padronização de identidades pessoais com base na distinção rígida entre os papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens sustentava uma concepção de família - uma concepção de família que correspondia, pode-se dizer assim, à finalidade última da existência de mulheres e homens. Assim, instituía-se a complementaridade das funções exercidas por mulheres e homens, sempre tendo como fim a sustentação de um tipo de família que, por sua vez, estava relacionado à sustentação de uma ordem social. Então, tanto para as mulheres, identificadas como mãe-esposa-dona-de-casa, como também para os homens, identificados como pai-provedor da família, a família ocupava o centro em suas trajetórias de vida, pois era em função dela que estruturavam suas existências.

Deste modo, a despadronização do modo tradicional de distinção dos papéis femininos e masculinos, em decorrência da penetração de valores individualistas na sociedade, altera não somente as identidades construídas para homens e mulheres e o curso tomado por suas vidas. Ela modifica também a

importância atribuída às relações familiares. Este é o assunto que será discutido no próximo capítulo.